

## Quando mulheres-pesquisadoras se tornam alvos de discursos de ódio nas redes sociais?

Rachel Pulcino<sup>1</sup>  
Anderson Ferrari<sup>2</sup>

**Resumo:** Nosso interesse de problematização são os discursos de ódio que são direcionados, nas redes sociais, a mulheres-pesquisadoras. Este é um fenômeno atual, recente e candente que nos exige não somente combatê-lo, mas, sobretudo, produzir conhecimentos sobre suas condições de emergência e seus efeitos sobre os sujeitos, para colocar em discussão os processos de subjetivação em suas historicidades. Para isso, vamos partir de reportagens que noticiaram os ataques perpetrados a três mulheres-pesquisadoras, para pensar as relações de saber e de poder que estão organizando as violências atravessadas pelos gêneros. Nossas problematizações são inspiradas em Michel Foucault e Judith Butler, dois autores que influenciaram a perspectiva pós-estruturalista, na medida em que vão tomar os modos de subjetivação como fio condutor de suas pesquisas, argumentando que somos sujeitos de experiência, resultados de discursos atravessados por relações de poder.

**Palavras-chaves:** Mulheres-pesquisadoras. Discurso de ódio. Redes sociais. Gênero.

---

<sup>1</sup> Pós-Doutoranda em Educação pela UFJF, bolsista CNPq/PDJ. Doutora e Mestra em Ciências Humanas e Educação pela PUC-Rio. Bacharela e Licenciada em História. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade GESED/UFJF.

<sup>2</sup> Professor da FAGED/UFJF e professor permanente do PPGE/UFJF. Pós doutor em Educação e Cultura Visual pela Universidade de Barcelona e Doutor em Educação pela Unicamp. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade GESED/UFJF.

*“Estou marcada, irreversivelmente,  
por isso que acontece comigo”  
(T. LIONÇO<sup>3</sup>, 2018, p. 87).*

A epígrafe que abre este texto nos remete ao conceito de experiência. A pesquisadora T. Lionço nos diz de uma marca irreversível, que a transforma. Podemos pensar que, depois desse acontecimento, a pesquisadora não foi mais a mesma, passou por um processo de (des)subjetivação/objetivação, como nos ensina Michel Foucault (1988) quando argumenta que a experiência é resultado de uma certa tensão entre saberes, poderes e subjetividades. Interessado em problematizar os diferentes modos pelos quais nós nos tornamos sujeitos, Michel Foucault (1988) vai defender que somos sujeitos de experiências, imersos entre relações de poder e jogos de verdades. Ao afirmar que “estava marcada pelo que acontece com ela”, T. Lionço nos convida a pensar os saberes e as relações de poder que organizam uma certa subjetividade, que vem de um outro, de uma ação do outro sobre ela e dela sobre si mesma. Esse conceito de experiência será enfrentado a partir da empreitada de se pensar uma história da sexualidade não como uma história dos comportamentos, nem das representações, mas sim como uma história dos discursos e uma história da sexualidade como experiência.

Tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constitui-se uma ‘experiência’ tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma ‘sexualidade’ que abre para campos de conhecimento bastante diversos, e que se articulava em um sistema de regras e coerções. O projeto era, portanto, o de uma história da sexualidade enquanto experiência, se entendermos por experiência a correlação, em uma cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade (Michel FOUCAULT, 1984, p. 10-11).

---

<sup>3</sup> Optamos por referenciar autoras e autores com nome e sobrenome e não apenas com sobrenome, como é feito usualmente nos textos acadêmicos. Entendemos que referenciar apenas pelo sobrenome contribuiu para o reforço de uma ideia de um suposto sujeito universal neutro, que, na maioria das vezes, é lido e subentendido como masculino. Nossa escolha parte de uma premissa feminista que guia a construção deste texto e que compreende a importância de valorizar e nomear as autorias femininas e a luta por direitos e reconhecimentos das mulheres na produção científica.

A epígrafe não se refere a uma experiência qualquer. Ela diz, minimamente, de acontecimentos que envolvem gênero, uma vez que estamos falando de uma violência contra uma mulher. Que saberes sobre mulheres estão presentes e organizando os discursos de ódio que elas têm enfrentado nas redes sociais? Como eles dizem desse sistema de regras e coerções que Michel Foucault nos incita a problematizar a partir da história da sexualidade enquanto experiência? Essas questões, que serão o foco das nossas análises, em certa medida, podem ser resumidas na pergunta-título: quando mulheres-pesquisadoras se tornam alvos de discursos de ódio nas redes sociais? O uso do advérbio “quando” remete a uma temporalidade, a uma ruptura, quase como uma busca das condições ou das origens de tal acontecimento. Construir e trazer para o debate essas condições e rupturas que possibilitaram os ataques de ódio às mulheres também é um dos nossos propósitos.

A pergunta-título do artigo nos provoca a pensar nas condições de emergência dos discursos de ódio às mulheres-pesquisadoras e que nos coloca uma questão que nos aproxima ainda mais de Foucault: o que nos acontece hoje? O que estamos vivendo e vivenciando hoje, neste exato momento da história? Trata-se de uma problemática do presente que nos convida a colocar sob suspeita nossas formas de pensar e agir, que renova a pergunta de “quem somos nós”? Isso porque os ataques, o ódio, as violências dizem de sujeitos em um singular momento histórico e no interior dessa experiência cultural que é a nossa. Sujeitos no plural porque não estamos falando somente daquelas que são atacadas pelos discursos de ódio, mas também daqueles que produzem, sustentam e fomentam esses discursos.

Partimos do reconhecimento das redes sociais como espaço de identificação de formas de violência, em um movimento que é atual e que nos exige colocar em discussão os mecanismos e as condições de emergência dos discursos de ódio sofridos por mulheres-pesquisadoras. Diante desse campo problemático que é o nosso interesse de investigação, temos nos aproximado do referencial teórico-metodológico foucaultiano e butleriano para analisar os discursos de ódio nas redes sociais. Esses

discursos se proliferam por entre as teias cibernéticas nas redes sociais, emergindo como um fenômeno em larga escala da “manifestação aberta de uma variedade de discursos de ódio e intolerância no ambiente virtual” (Luiz Valério TRINDADE, 2020, p. 26). Estes discursos se entrelaçam com outras formas de agressão e discriminações já presentes em nossa sociedade utilizadas para oprimir e subalternizar minorias. Assim, nosso argumento é que os ataques de ódio dizem de uma continuidade e de uma descontinuidade própria da história das relações de gênero. Além disso, esses autores nos conduzem ao entendimento das relações de poder como produtivas, de tal forma que podemos pensar que os discursos de ódio direcionados às pesquisadoras produzem sujeito e são forças que têm efeitos nos sujeitos.

Para o desenvolvimento das nossas problematizações, vamos tomar os discursos construídos nos jornais que tornaram públicas as denúncias de mulheres-pesquisadoras sobre os ataques de ódios vivenciados. Acreditamos que os textos jornalísticos fornecem instrumentos que “nos contam sobre acontecimentos, mas também sobre nossas ‘habilidades manipulativas’ sobre racionalidades, emoções e atitudes” (Mônica QUEIROZ; Mônica ALMEIDA, 2015, p. 2). Indo além, a mídia pode atuar tanto na perpetuação dos discursos de ódio via divulgação de informações desqualificadas e *fake news*, como também pode ser instrumento por meio do qual os alvos dos discursos de ódio podem trazer seus depoimentos e expor, para um público mais amplo – mesmo que parcialmente –, os danos sofridos.

Dessa forma, os textos midiáticos selecionados nos contam a perspectiva de três mulheres-pesquisadoras que sofreram com discursos de ódio nas redes sociais. O primeiro deles é uma entrevista com a pesquisadora T. Lionço, publicada em 2014, no Jornal GGN (Jornal de todos os Brasis). O segundo, uma reportagem a partir das ameaças de morte à antropóloga Débora Diniz, no jornal El PAÍS, em 2018. E, o último, uma reportagem sobre as agressões sofridas por Judith Butler por ocasião de sua vinda ao Brasil, publicada na Revista Época, em 2017. Entendemos, com Jane Felipe (2006, p. 254), que “os discursos veiculados pela mídia acionam poderosos efeitos de verdade,

que podem contribuir significativamente para a construção das identidades dos sujeitos”, fazendo-se, dessa forma, necessário refletir sobre as produções discursivas desenvolvidas pelas mídias referentes aos ataques contra mulheres-pesquisadoras. Entendendo que as formas de produção e disseminação do ódio na internet se faz também da experiência dos habitantes do ciberespaço na medida em que estes se transformam em agentes dentro da cibercultura (Pierre LÉVY, 2010).

Ao propormos análises dos discursos de ódio vivenciados por mulheres-pesquisadoras e noticiados por veículos jornalísticos, assumimos uma perspectiva que busca a observar e interpretar as formas de interações dos sujeitos com a *internet*. Para isso, as ferramentas metodológicas etnográficas descritas por Christine Hine (2004) nos auxiliam na compreensão das experiências em comunidades de redes, entendendo o mundo digital como um cenário onde as relações sociais são permeadas pela tecnologia. Segundo Luis Paulo Mercado (2012), a etnografia virtual possui multimétodos e objetos variados, contudo, parte de ferramentas que visam compreender os comportamentos, padrões e as interações estabelecidas pelos usuários das redes. Trata-se de compreender as transformações dos modos de comunicação “da vida das pessoas e como lugar de estabelecimento de comunidades, através dos usos, interpretados e reinterpretados, que dela se fazem” (Luis Paulo MERCADO, 2012, p. 174).

Interessa-nos, nesse terreno, analisar e problematizar esses discursos, seus impactos e suas produções. Trata-se de uma investigação que compreende os atos discursivos como instrumentos carregados de sentidos, intencionalidades e construídos dentro de lógicas específicas de poder, pois “ser ferido pelo discurso é sofrer uma perda de contexto, ou seja, é não saber onde se está” (Judith BUTLER, 2021a, p. 15). Trata-se de um discurso de impacto que tem por objetivo ferir, menosprezar e humilhar o seu alvo. Logo, não se trata apenas de um simples ato de fala que pode ser retirado, ou ainda de uma “brincadeira” como aqueles que tentam argumentar se utilizando da liberdade de expressão. São atos de fala que ocorrem em uma prática ritualizada, são atos

performativos que e eles funcionam “na medida em que utiliza e mascara as convenções constitutivas pelas quais é mobilizado” (Judith BUTLER, 2021a, p. 89-90). Logo, o “êxito” dos discursos injuriosos é que eles são produzidos a partir de pensamentos, ideias sociais pautadas numa historicidade que rejeita, desqualifica, silencia e violenta as mulheres.

Assim sendo, nosso objetivo é entender as inter-relações e as dinâmicas de poder (im)postas na produção desses discursos, em outras palavras, objetivando analisar quem fala e sob quais pontos de vista, as instituições que emergem associadas e propagam esses discursos, compreendendo-o como um “fato discursivo global” (Michel FOUCAULT, 1988). Dessa forma, este artigo é um convite à reflexão. Mais do que isso, ele é uma forma de chamamento para a ação e para o combate aos discursos de ódio sofridos por mulheres-pesquisadoras que, tão fortemente, têm afetado nossa sociedade.

### **As condições de emergência do ódio na *internet***

O crescimento do potencial de acessibilidade das redes sociais vem transformando as formas de comunicação, de produção de saberes e de relacionamentos na atualidade. Em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados do Módulo de Tecnologia de Informação e Comunicação, parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que diziam respeito ao acesso à *internet*, à televisão e ao telefone celular nos domicílios pelas pessoas com 10 anos ou mais de idade. A pesquisa revelou que a *internet* já é acessível em 90% dos domicílios, o que vem afetando e transformando nossas formas de comprar, de divertir, de paquerar, de dialogar e de reagir às diferenças (IBGE, 2022). Hoje, muitas professoras e pesquisadoras optaram por se inserir e utilizar as redes sociais não apenas como páginas/*blogs* pessoais, mas como canais de divulgação científica e de construção de novas formas de diálogos.

Surge, nessa experiência, uma nova forma de interação social em que mulheres-pesquisadoras, ou seja, professoras e pesquisadoras, são convocadas a falar publicamente, seja através de entrevistas em jornais, em audiências públicas, em congressos e, até mesmo, como autoras de *blogs* e colunistas nas redes sociais. Independentemente do formato, essas mulheres-pesquisadoras passam a ter uma vida pública que excede as universidades, tornando-se, nesse processo, alvos de discursos de ódio. Enquanto alvos, elas podem ter suas falas recortadas, descontextualizadas, sofrer ataques diretos e/ou indiretos, pois essas agressões visam à descredibilização e à desqualificação das suas ideias. Ou seja, o que está em jogo nesses ataques não é a sua ação individual, mas o saber, o lugar de representante de uma mulher-pesquisadora.

Entendemos as redes sociais como espaços que extrapolam as barreiras do que compreendiam anteriormente como internet, elas - as redes - ganham cada vez mais espaços na vida cotidiana, entrelaçando fronteiras antes delimitadas entre *online* e *offline*. Inspirados em Michel Foucault (1988), podemos sugerir que isso tudo é parte do dispositivo da experiência, pois diz respeito aos processos de constituição dos sujeitos no seu tempo histórico. Para o autor, o dispositivo é um conjunto heterogêneo de discursos, regras, imagens, decisões regulamentares e enunciados científicos. Enfim, ele é uma rede (o dito e o não dito) que se constrói a partir desses elementos.

A emergência e a manutenção desses discursos de ódio demonstram que essas plataformas não abrem somente espaços para promoção de interconexões e diálogos amistosos, elas também (re)produzem outras tecnologias e mecanismos de discriminação, segregação e violência, como são os discursos de ódio. Esses discursos podem ser analisados como polêmicas num sentido foucaultiano, cujo objetivo reside na incitação ao ódio nas redes sociais. Segundo Michel Foucault (2006, p. 225) o polemista está sempre “investido dos privilégios que detém antecipadamente, e que nunca aceita recolocar em questão”. O polemista quer a guerra, a destruição. Pelos discursos de ódio, é possível perceber que o polemista, aquele que detém o ódio, “não tem diante dele um parceiro na busca da verdade, mas um adversário, um inimigo” (Michel

FOUCAULT, 2006, p. 225) que, portanto, precisa ser combatido, anulado e eliminado. Habitar as redes sociais, é experienciar constantemente um “clima de radicalização política permanente na *web*” (Jaqueline QUADRADO; Ewerton FERREIRA, 2020, p. 421), nesta atmosfera de radicalização dos discursos, o ódio e a intolerância são transformados em “argumentos” simplistas para refutar qualquer forma de discordância no debate. Trata-se de um movimento de violência discursiva cujo objetivo é o silenciamento daqueles que expressam uma visão de mundo diferente na *internet*.

O crescimento dos discursos de ódio nas redes sociais também está associado à rejeição a ampliação das discussões de gênero e sexualidades na educação no âmbito público, principalmente protagonizada por grupos políticos e sociais de ordem conservadora. Este movimento pode ser observado através dos usos políticos das redes nas campanhas midiáticas eleitorais de 2018, como na plataforma política do então candidato à presidência Jair Bolsonaro, utilizando-se de argumentos como: a defesa da família tradicional e o combate à “ideologia de gênero”, incentivando o pânico social na população contra os debates provenientes do campo educacional. Essas campanhas incitavam discursos de rejeição aos temas ligados à diversidade, bem como a própria produção de conhecimentos acadêmicos, era - e ainda é - comum encontrar nesses discursos ataques contra docentes e as universidades, o que contribui para o movimento de transformação das mulheres-pesquisadoras em alvo de discursos de ódio. A disseminação do ódio nas redes ocorre sob a justificativa do “direito à livre expressão de ideias, mesmo que essas ideias coloquem em risco a democracia” (Iara BELELI, 2022, p. 7). Ou seja, falas injuriosas, discursos de ódio, ataques à liberdade, segurança e ao direito à educação são (re)produzidos e proliferados nas redes sob a defesa do direito à opinião e à liberdade de expressão.

A força deste dispositivo discursivo reside justamente na sua capilaridade, na forma como consegue se reproduzir, espalhar entre grupos, comunidades, perfis/*blogs*, seja via linguagem de memes ou até mesmo sob a estratégia de *fake news*. Os discursos de ódio se proliferam na medida em que se ancoram em preconceitos que já existem em

nossa sociedade e se investem de pânicos morais fundamentados no temor das transformações sociais e conquistas dos movimentos sociais.

### **Discursos de ódio e de pânico moral nas redes sociais**

A compreensão dos discursos de ódio como um “fato discursivo” (Michel FOUCAULT, 1986) nos conduziu para a reflexão dos pânicos morais, ambos fenômenos presentes na contemporaneidade, mas com raízes anteriores. Contudo, mais do que problemáticas do mesmo tempo, eles – os discursos de ódio e o pânico moral em torno das questões de gênero e sexualidade – são questões interligadas e carregadas de conservadorismo. Assumir os discursos de ódio como fato discursivo significa dizer que eles são entendidos, aqui, como uma produção histórica e política, uma vez que as palavras não somente nomeiam, mas constroem coisas e sujeitos. É essa perspectiva da linguagem como constitutiva de práticas que nos permite analisar os discursos recusando as explicações unívocas e de fácil interpretação, como nos ensina Michel Foucault (1986). Assim, os discursos de ódio e o pânico moral em torno das questões de gênero e sexualidade estão sustentados por enunciados e relações que o próprio discurso põe em funcionamento. Portanto, nosso desafio é dar conta dessas relações históricas e das práticas concretas que estão presentes nos discursos.

Enfrentando esse desafio, queremos afirmar que o pânico moral não é conceito novo na literatura. Ele remonta à década de 1960 quando foi desenvolvido pelo teórico Stanley Cohen. Desse modo, quando abordamos os pânicos morais, buscamos caracterizar os modos como as mídias, setores da opinião pública e outros agentes encarregados da manutenção da ordem social resistem diante de episódios e transformações que rompem com a normatividade social. Sendo assim, o pânico moral surge quando uma determinada mudança social, seja esta produzida por uma pessoa ou grupo, é identificada como uma ameaça aos valores e/ou aos interesses que constituintes daquela sociedade. Ele é uma reação aos avanços sociais. No caso específico que nos

interessa neste artigo, ou seja, o pânico moral em torno das questões de gênero e sexualidade é a reação aos avanços, à consolidação e ao fortalecimento de uma área do conhecimento os quais têm origem na segunda metade do século XX: o gênero e a sexualidade. Identificados como um perigo social, as/os pesquisadoras/es dessa área e as transformações que propõem e representam passam a ser alvos de uma reação coletiva da sociedade que tenta interditar e controlar esse suposto “desvio” da normativa social. No entanto, assim como a hipótese repressiva refutada na História da sexualidade I (Michel FOUCAULT, 1988), também estamos vivendo um momento em que a repressão não foi capaz de impedir essas discussões. Ao contrário, os ataques e as tentativas de repressão têm servido para fazer proliferar as pesquisas e a produção de conhecimento como resistências inventivas, no plural, aquelas que são possíveis, necessárias, improváveis, enfim, aquelas que, “por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder” (Michel FOUCAULT, 1988, p. 91).

O termo pânico evoca a dimensão do medo, ou seja, o que está em pauta nesses processos é a dificuldade de determinados grupos e/ou atores sociais lidarem com transformações que mexem na ordem social. Quando associamos esses medos aos discursos de ódio, percebemos que, muitas vezes, esses discursos são mobilizados como formas de agressão com base em pânicos morais ligados a outros discursos, como é o caso das mulheres-pesquisadoras que analisamos. Para organizar os ataques, os grupos conservadores instalam e acionam pânicos morais em torno dos discursos de infância, de direito à vida e de manutenção das famílias. As pesquisadoras são acusadas a partir dos discursos de pedofilia, que ameaçariam a ingenuidade das crianças e a infância; dos discursos de aborto, que visam diminuir o direito das mulheres ao seu corpo; dos discursos de gênero como construção, que, ao problematizarem a cisheteronormatividade, estariam ameaçando a continuidade da sociedade.

Observamos, na literatura, um crescente em relação ao desenvolvimento de pânicos morais nos anos 2000, impulsionados pelas mudanças e ampliações de direitos de grupos anteriormente invisibilizados ligados aos movimentos sociais e às identidades

de gênero e sexuais. Ao se valer de pânicos morais já instalados e associá-los às mulher-pesquisadoras como as representantes dessas supostas ameaças sociais, esses pânicos produzem “dúvida sobre as demandas dos movimentos sociais, acionando moralidades que ganham as redes sociais” (Iara BELELI, 2022, p.8), sendo as agressões justificadas em nome da moralidade e da defesa da liberdade de expressão e do direito a opinião. Segundo Rogério Junqueira (2021), foi a partir do golpe que tirou Dilma Rousseff do poder, em 2016, que a onda de retrocessos afetou a esperança por um país menos desigual e com maiores oportunidades. Concretamente, isso ocorreu por meio de uma série de reformas sociais, tais como a trabalhista e a previdenciária, o contingenciamento dos gastos públicos e o bloqueio orçamentário que impactaram a educação e a pesquisa. Essa guinada ao conservadorismo foi ampliada com o movimento crescente de ódio difundido na campanha eleitoral já citada do ex-presidente Jair Bolsonaro. Esse tensionamento entre os grupos conservadores reacionários e as pautas progressistas é discutido como uma guerra cultural, o termo “guerra” entra em cena para simbolizar o confronto de duas visões de mundo conflitantes e que se chocam por serem opostas, “na perspectiva conservadora, teríamos uma ordem moral punitiva e disciplinar e, na progressista, uma ordem compreensiva” (Esther Solano GALLEGO; Pablo ORTELLADO; Márcio MORETTO, 2017, p. 2).

Nesse sentido, fazem parte dessas guerras culturais às tensões presentes na votação do Plano Nacional de Educação (PNE), nas manifestações com cartazes contra a ideologia de gênero, nos debates dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, na instrumentalização de grupos como o Escola Sem Partido e na proposição do Projeto de Lei do Estatuto da Família de 2013. Esses projetos tinham, entre seus objetivos, reforçar o papel tradicional da escola de atuar no controle e correção dos considerados “desviantes” (Raquel PINHO; Rachel PULCINO, 2016). O crescimento desses grupos conservadores foi impulsionado, além de estar vinculado aos ataques à “ideologia de gênero”, termo utilizado por grupos conservadores, políticos e religiosos, para criticar e desqualificar as pesquisas da área de Estudos de Gênero e Sexualidades. Esse termo foi

mobilizado em inúmeras campanhas políticas e discursos religiosos produzindo narrativas intensamente manipuladas e veiculadas, via canais de *internet*, nas mais diversas plataformas - *YouTube*, *Facebook* e *Twitter*, entre outros - mobilizando interlocutores com o objetivo de conter os avanços acerca da discussão da diversidade sexual e de gênero na educação. Esses grupos nomeiam os debates a respeito da diversidade como “ideologia de gênero”. Mais do que nomear, eles se dedicaram a uma cruzada com intensa mobilização político-religiosa e discursiva em torno do que seria essa ideologia, defendendo a manutenção de uma visão de gênero e sexualidade como natural, advinda de uma essência dos sujeitos.

Essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita "primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos", da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais (Rogério JUNQUEIRA, 2018, p. 451).

Os debates em torno da “ideologia de gênero” ganharam visibilidade no país durante as votações do PNE sob a liderança de setores conservadores da Igreja Católica e de matriz evangélica (Jimena FURLANI, 2016). Sob o espectro de termos como “doutrinação” e de que a educação estaria negando as características biológicas e naturais que justificam a diferença entre os gêneros, esses grupos combatiam discursivamente projetos educacionais orientados na promoção da diversidade de gênero e sexual. Torna-se fundamental frisar que acreditamos no potencial dialógico e democrático da escola para atuar na promoção da diversidade e no combate aos preconceitos e violências.

Reafirmamos a importância de a escola atuar como espaço da promoção de uma cultura dialógica e de valorização da diversidade. É justamente esse papel fundamental para a discussão e combate dos discursos de ódio na sociedade que defendemos quando

associamos a produção de conhecimento à problematização (Michel FOUCAULT, 2006). Problematização, para Michel Foucault (2006), está diretamente ligada à história do pensamento, o que significa dizer que o que pensamos e como agimos tem uma história, diz de uma história do pensamento. Nesse sentido, a produção e a difusão de conhecimento, a ação das escolas e das instituições de ensino estão implicadas nessa relação entre problematização e pensamento. “O pensamento não é o que se presentifica em uma conduta e lhe dá um sentido; é, sobretudo, aquilo que permite tomar uma distância em relação a essa maneira de fazer ou de reagir (...)” (Michel FOUCAULT, 2006, p. 231-232). Problematizar os discursos de ódio às mulheres-pesquisadoras é colocar sob investigação o contexto político e social que sustenta a formação dos grupos conservadores que atuam na internet. Esses discursos, que fazem parte de um cenário reativo ao crescimento da liberdade de gênero, ao debate sobre a ampliação das formas de ser, adquirem forma nas redes sociais via processos de humilhação e injúrias, justamente por se manifestarem como uma reação de agentes que operam mecanismos de dominação e controle social.

Os discursos de ódio produzem impactos que marcam as suas subjetividades, pois “são as experiências que concretizam as subjetividades e que dão vida aos processos de subjetivação” (Anderson FERRARI, 2010, p. 10). Logo, as experiências vivenciadas na dimensão nas redes sociais são também formativas dos sujeitos, das suas subjetividades e, no terreno dos gêneros, podem contribuir para novas narrativas e percepções. Isso posto, refletir sobre os ataques vivenciados por esses sujeitos emerge como uma forma de indagação tanto sobre as possibilidades de produção educativa das redes sociais, como sobre os entraves sociais postos ao debate de gênero na contemporaneidade. Em diálogo com Judith Butler (2021a), entendemos que a ação desse discurso produz efeitos no sujeito que a recebe, gerando uma desorientação do “eu”, pois provoca uma ruptura ligada à dimensão do reconhecimento social, do olhar do outro sobre si. “Relatamos a nós mesmos simplesmente porque somos interpelados como seres que foram obrigados a fazer um relato de si mesmos por um sistema de

justiça e castigo” (Judith BUTLER, 2015, p. 22). Assim sendo, a ação da interdição expressada na manifestação do discurso de ódio gera, no sujeito que recebe esse ato, a necessidade de produzir um relato de si, como um mecanismo de defesa que busca encontrar um novo lugar, produzindo uma desestabilização do “eu”. Dessa forma, abre uma convocação para o sujeito – alvo do discurso de ódio – resistir ao discurso, ao seja, cria uma nova demanda, uma ação de resposta e reafirmação discursiva, pois, ao mesmo tempo em que anuncia a instabilidade do lugar, convoca o “eu” a produzir um relato de si como uma reação impulsionada pela necessidade de defesa diante das injúrias e violências sofridas.

As noções de radicalização dos conflitos já existentes no espaço público são fatores fundamentais para a compreensão dos discursos de ódio que são potencializados pelo “suposto anonimato, a ausência de um interlocutor presencial e o isolamento no momento de construir raciocínios argumentativos” (Marcelo ANDRADE; Magda PISCHETOLA, 2016, p. 1379), ou seja, auxiliando na construção de uma narrativa agressiva. Nesse contexto, a participação no debate via uma experiência de tela, seja via computador, tablet ou smarthphone, altera a dinâmica da relação e potencializa o discurso. Esses discursos assumem outras formas da violência de gênero, vivenciadas pelas mulheres, sendo estas compreendidas como uma violência “universal e estrutural [que] se fundamenta no sistema de dominação patriarcal presente em praticamente todas as sociedades do mundo ocidental” (Wânia PASINATO, 2011, p. 230).

As redes digitais são determinantes para compreendermos a expansão das redes sociais. Estruturadas entre experiências de comunidades e interconexões, produzindo uma “transmutação do conceito de ‘comunidade’ em ‘rede social’” (Rogério COSTA, 2005, p. 239), no ciberespaço são abertas novas interações, formas de comunicação, midiaticizada e virtualizada, no qual são borradas as fronteiras entre espaço online e offline. Em vista dessas transformações que tangenciam a experiência dos sujeitos na sociedade de redes e diante do avanço dos discursos de ódio e dos pânicos morais perpetrados por agentes conservadores políticos e religiosos, torna-se urgente

refletirmos sobre os ataques cometidos às mulheres-pesquisadoras na internet, buscando identificar o que está em jogo nesses processos.

### **Discursos de ódio contra mulheres-pesquisadoras nas redes sociais**

"Estou marcada, irreversivelmente, por isso que acontece comigo" (T. LIONÇO, 2018, p. 87). A frase que abre este artigo foi publicada por T. Lionço como parte de um texto-resposta escrito por ela diante dos ataques e injúrias sofridas. A marca sobre a qual ela escreve é o efeito mais imediato das injúrias, calúnias e difamações sofridas e proferidas por diversos agentes, incluindo representantes legais, como deputados, e pastores de igrejas evangélicas que editavam e recortaram suas falas, tornando-a alvo de ameaças e diversos ataques cibernéticos.

É inegável que estamos diante de algo diferente. As formas e as possibilidades de ataques presentes no ciberespaço transformam a experiência com o ódio e a misoginia direcionada às mulheres. As mulheres-pesquisadoras que compõem esta análise são mulheres cujos casos ganharam repercussão e, em função disso, suas histórias ficaram conhecidas e foram divulgadas através das mídias. Mas também estamos diante de algo que se repete, que não é novo: os ataques às mulheres. Judith Butler (2018), ao pensar nas violências, vai argumentar que vivemos em uma sociedade em que o enquadramento, ou seja, as molduras pelas quais apreendemos a vida dos outros são operações de poder. "Não decidem unilateralmente as condições de aparição, mas seu objetivo é, não obstante, delimitar a esfera da aparição enquanto tal" (Judith BUTLER, 2018, p. 14). Assim, podemos pensar que essas mulheres-pesquisadoras se tornam alvos da violência, na medida em que escapam do enquadramento do gênero, daquilo que é esperado das mulheres. "Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos" (Judith BUTLER, 2018, p. 17). As mulheres-pesquisadoras rompem com essas normas repetitivas de gênero. Mas não são essas mulheres-pesquisadoras que

estamos analisando aqui que iniciaram esse processo. Elas são herdeiras de um movimento social que as constitui: os feminismos.

Esses escapes do gênero vêm sendo efetivados desde o surgimento das feministas que colocaram sob suspeita as formas de constituição dos sujeitos em seus pertencimentos de gênero. A violência, como operação de poder, é uma forma de enquadrar, de fazer retornar àquilo que se espera do gênero feminino.

Em 2012, T. Lionço, professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB), participou, como palestrante, do IX Seminário LGBT, no Congresso Nacional, com o tema central “Diversidade se aprende na infância”. A partir desse episódio, a vida acadêmica e pessoal de T. Lionço foi transformada em função de um vídeo publicado na época pelo deputado Jair Bolsonaro, intitulado “Deus salve as crianças”, que, “ao invés de colocar a apresentação na íntegra, editou a fala de Lionço para dar a entender de que a pesquisadora é a favor da pedofilia” (REDAÇÃO, Jornal GGN, 2014, s/p). Depois da publicação do vídeo, iniciou-se uma campanha sistemática e injuriosa de difamação contra a pesquisadora. O termo pedofilia empregado à pesquisadora pode ser interpretado sob a forma de uma construção argumentativa intencional, ou seja, ao nomear essa mulher-pesquisadora como “a favor da pedofilia”, busca-se uma justificativa moral para o empreendimento da violência difamatória. Ao afirmar a dimensão histórica dos atos injuriosos de nomeação Judith Butler (2021a) nos convoca a refletir sobre a força dos enunciados, mas principalmente sobre os processos não explícitos inseridos no ato de nomear, pois o ato de nomear pela injúria, ou seja, por um discurso de ódio, tem por objetivo introduzir um novo nome aquele sujeito. Ou seja, ao associar T Lionço como pedófila, busca-se criar um novo sentido, uma nova forma de nomear esta mulher-pesquisadora, pautado na desqualificação da sua fala e da sua pessoa.

Ao proferir sua palestra no Congresso Nacional, T. Lionço não estava exercendo nenhuma ação que pudesse ser comprovadamente violenta. Porém, ao associar a pesquisadora como favorável à pedofilia, os agentes dos discursos de ódio tornam essa

mulher-pesquisadora uma representação da violência, “como um tipo violento de pessoa, ou como pura violência encarnada em e por aquela pessoa” (Judith BUTLER, 2021b, p. 2, grifos da autora). Assim sendo, a associação da pesquisadora como favorável à pedofilia torna justificável o uso da violência via discursos de ódio contra ela.

A partir da publicação do vídeo, descortina-se um processo de produção de ataques e ofensas organizadas em formas de memes (imagens editadas em tom vexatório), vídeos e textos disponíveis em diversas plataformas, tendo, como um dos seus objetivos, o ataque direto à pesquisadora, mas não somente uma agressão à sua pessoalidade. Após a publicação do vídeo, o Conselho de Ética e a Corregedoria foram acionados para averiguar se houvera quebra de decoro parlamentar. Nenhuma sanção, entretanto, foi imposta ao então deputado Jair Bolsonaro pela veiculação do vídeo difamatório. Diferentemente do deputado, T. Lionço “teve a sua vida privada invadida por ataques de fanáticos que enviavam mensagens onde a classificavam como ‘puta, vagabunda e depravada’” (REDAÇÃO, Jornal GGN, 2014, s/p). Ao produzirem vídeos, memes, ironizando, xingando e objetificando T Lionço, os ataques de ódio, deixam de ser apenas instrumentos que visam a introdução de nomeação ao sujeito, e passam a performar o ódio, pois “o significado de um ato performativo reside nessa aparente coincidência entre o significar e o encenar” (Judith BUTLER, 2021a, p. 79). Logo, ao encenar situações, atuações em formas de vídeos e memes, esses atos discursivos, tornam-se instrumentos de uma reencenação contínua da injúria sofrida, cujo objetivo visa a desqualificação e desmoralização dessa mulher-pesquisadora. A emergência e a disseminação de agressões impulsionadas pela publicação do vídeo produzem novas teias discursivas, criando e recriando novos agentes de propagação do discurso de ódio introduzido no vídeo. Esse processo evidencia o desafio de compreender os limites daquilo que excede a liberdade de expressão, pois a internet “altera as condições sociais nas quais as pessoas falam” (Mariana VALENTE, 2020, p. 36), produzindo uma transformação na forma como entendemos as inter-relações e as violências.

“Putá, vagabunda e depravada” foram algumas das agressões direcionadas à estudiosa que evocam uma dimensão dos processos de ataques sofridos por essa mulher-pesquisadora. Sobre ela foram lançadas agressões fundamentadas na misoginia, uma vez que ela se tornava, naquele momento, um símbolo que personificava o ódio presente contra as mulheres na sociedade, demonstrando o poder de proliferação desses discursos nas redes sociais. Além de discursos misóginos, são formas de desqualificação, sendo esta “perpassada por julgamentos morais, associando imagens e discursos que oferecem materialidade ao que se imagina como corpos e ideias odiosas” (Iara BELELI, 2022, p. 7) atuando na reiteração do ódio que visam reforçar estereótipos pautados numa dicotomia que divide os sujeitos entre os “cidadãos de bem” e aquelas que podem ser nomeadas de “putas”. Possivelmente, muitas das pessoas que xingaram a pesquisadora nunca tenham tido acesso à sua real produção, apenas a conheceram pelos recortes editados e manipulados de suas falas públicas. T. Lionço foi chamada de “puta, vagabunda e depravada” por aqueles que provavelmente nunca a conheceram como pessoa, tampouco tiveram contato com sua obra. Esses xingamentos evidenciam para a normalização da violência contra as mulheres presente em uma sociedade de ordem patriarcal. Esse modelo de sociedade deve ser compreendido “como um fator preponderante na produção da violência de gênero, uma vez que está na base das representações de gênero que legitimam a desigualdade e dominação masculina internalizadas por homens e mulheres” (Maria de Fátima ARAÚJO, 2008, s/p). Assim, a escolha das ofensas empregadas contra a pesquisadora reproduz os significados sociais utilizados para a desqualificação das mulheres no tecido social.

Portanto, faz-se necessário avançar sobre os usos dos termos, visto que “os nomes injuriosos têm uma história, que é invocada e reforçada no momento do enunciado, mas que não é contada de maneira explícita” (Judith BUTLER, 2021a, p. 67). Ao ser xingada de “puta, vagabunda e depravada”, o que se profere são ofensas contra a dimensão moral dessa mulher, sendo essas ofensas uma forma de desmoralizar sua individualidade. Eles atacam sua identidade e tentam, por meio da concessão de

nomes pejorativos, desqualificar sua subjetividade. Trata-se de um empreendimento de renomeação que visa conferir uma nova historicidade ao seu nome como pesquisadora, afinal, os nomes da mulher e da pesquisadora são o mesmo. Esse esforço de nomeação se fundamenta na necessidade de os agentes dos discursos de ódio produzirem uma nova história para essa mulher que seja capaz de interromper uma historicidade anterior.

Dito de outra forma, não se trata apenas de uma agressão e, sim, de um discurso provido de intencionalidade cujo objetivo é construir um novo significado pela nomeação injuriosa, pois, na medida em que “eles se tornam parte do próprio nome, [há] uma sedimentação, uma repetição que se fixa, que dá ao nome sua força” (Judith BUTLER, 2021a, p. 67). Logo, o que estava em pauta nessas ofensas é a desmoralização dessa mulher-pesquisadora. Esses xingamentos representam o ódio construído em uma sociedade patriarcal e misógina que entende um determinado lugar e papel atrelado à mulher. Nessa perspectiva, essa mulher-pesquisadora rompe com ele, pois ousa agir para além das convenções e padrões que regem a normatividade das relações. Ao ser acusada de ser a favor da pedofilia, ela tornou-se alvo do ódio perpetrado aos pedófilos, mesmo sem ser conivente com essa ação. Naquele momento, T. Lionço tornou-se símbolo desse movimento crescente de ataques às pesquisadoras das relações de gênero, que iriam ser desenvolvidos contra outras mulheres-pesquisadoras que se pronunciaram publicamente em defesa da liberdade e da diversidade de gênero e sexual.

“Estou sendo usada como bode expiatório em uma cruzada de acusação às ciências psicológicas e sociais e da própria laicidade e democracia como geradoras de degradação social e imoralidade” (T. LIONÇO, 2018, p. 83). Nessa fala, a pesquisadora tem a oportunidade de resistir, demonstrando que não se trata de um ataque individual, mas à Ciência, ao Estado laico e à democracia. Os ataques sofridos não representam apenas uma mancha sobre sua individualidade, são uma agressão direta e sistemática ao que ela representa, ao seu lugar de saber, à sua posição como intelectual militante na defesa da diversidade e dos direitos humanos. O que está posto é um projeto que, sob a

forma dos discursos de ódio, visa desacreditar e desqualificar o campo de Estudos de Gênero e das Sexualidades.

“Eles têm questionado a legitimidade de meu trabalho acadêmico e usado imagens pessoais e as de um de meus livros publicados para alertar pais que quem publica sobre educação seria uma imoral que pregaria apologia à pedofilia” (T. LIONÇO, 2018, p. 83).

A instrumentalização dos ataques proferidos a essa mulher-pesquisadora evidencia a força violenta desses discursos, ao mesclar e adulterar informações advindas de produções acadêmicas e postagens pessoais da pesquisadora em sua rede social. Os agentes dos discursos de ódio produzem narrativas ficcionais do que seria essa mulher-pesquisadora, do perigo que ela representa para a sociedade e da urgência de combatê-la. O que está em curso é a constituição de um “indivíduo perigoso” (Michel FOUCAULT, 2006), marcado por uma abjeção (Judith BUTLER, 2000), um sujeito construído pela ação dos discursos de ódio como indivíduo marcado por sua suposta imoralidade e por sua prática desviante das normas sociais. Ao construírem esses discursos, seus agentes produzem uma ameaça mobilizando pânico morais presentes no pensamento social, atuam como polemizadores, despreocupados com a veracidade daquilo que é dito, intencionados apenas em proferir sua mensagem. Isso porque,

como na prática jurídica, a polêmica não abre uma possibilidade de discussão no mesmo plano, ela instrui um processo; ela não se relaciona com o interlocutor, mas com um suspeito; ela reúne as provas de sua culpabilidade e, designando a infração que ele cometeu, pronuncia o veredicto e lança a condenação (Michel FOUCAULT, 2006, p. 225).

O movimento de disseminação de discursos de ódio proferidos contra T. Lionço tem por objetivo torná-la alvo passível de uma condenação pública que serve para a construção do grupo conservador em torno das pautas reacionárias. A página e a personagem inventada também criam os conservadores, servindo-lhes na medida em

que toda uma rede de pensamento que sustenta a pauta contra as questões de gênero e sexualidade é materializada nessa personagem ficcional.

Em 2018, a professora e pesquisadora, Debora Diniz, da Universidade de Brasília (UnB), também foi alvo de ataques de discursos de ódio. Segundo Giulliana Bianconi (2018), as agressões direcionadas à pesquisadora seguiam por diferentes linhas, tendo dois formatos principais: (i) a produção de conteúdos difamatórios via redes sociais, como: postagens com fotos da pesquisadora e textos difamatórios e caluniosos; (ii) ameaças diretas à sua integridade física, recebidas através de mensagens e telefonemas anônimos. A pesquisadora já havia se posicionado publicamente, em 2004, no processo de tramitação de legalização da interrupção da gestação em casos de fetos anencéfalos, “apesar das controvérsias levantadas pela causa, nunca tinha passado por um processo tão doloroso” (Breiller PIREZ, 2018, s/p). As agressões começaram e cresceram no ano de 2018, em função de sua atuação acadêmica e na articulação em movimentos da sociedade civil na defesa e garantia dos direitos reprodutivos. Nesse ano, seria votada e debatida, no Supremo Tribunal Federal (STF), a descriminalização do aborto. Dessa forma, “Débora Diniz está, neste 2018, no front da ação que chegará à audiência pública em menos de um mês” (Giulliana BIANCONI, 2018, s/p). Ao se posicionar no debate sobre o aborto, enquanto uma mulher-pesquisadora e feminista, ela se torna um alvo por representar um enfrentamento da visão idealizada de maternidade e das naturalizações que se aplicam a todas as mulheres (Flávia BIROLI, 2014). A discussão sobre os direitos reprodutivos traz à tona as normatizações implicadas no gestar e na maternagem, que também entram em terrenos de disputas no centro do debate político e religioso. Além disso, o movimento de ataques à pesquisadora foi acirrado também devido ao período de campanha eleitoral.

O tema do aborto unifica partidos políticos a grupos religiosos na agenda contrária os direitos reprodutivos. Unidos, estes grupos mobilizam esforços e recursos na luta contra a ampliação dos direitos das mulheres em disputas organizadas no âmbito da política institucionalizada. Discursos como o combate à “ideologia de gênero”

servem como instrumentos de operacionalização da cruzada moral e antigênero desenvolvida por esses grupos político-religiosos (Flávia BIROLI, 2018). Esses discursos são mobilizados através de argumentos que pretendem incitar o ódio contra as mulheres e contra as agendas feministas (Iara BELELI, 2022; Bruna AGUIAR; Matheus PEREIRA, 2019. Segundo Michel Foucault (2006, p. 226), a “polêmica define alianças, recruta partidários, produz coalizão de interesses ou opiniões, representa um partido; faz do outro um inimigo portador de interesses opostos contra o qual é preciso lutar (...)”. E, assim, Débora Diniz passou a ser não uma adversária, mas uma inimiga, que precisa ser excluída. Não por acaso, ela passa a ter sua vida ameaçada. As condenações, as batalhas, as excomunhões, as vitórias e as derrotas são, na ordem do discurso, maneiras de dizer, de fazer, de constituir sujeitos.

As ameaças à pesquisadora cresciam e se desenvolviam de tal forma que passaram a ser direcionadas não apenas à sua individualidade, mas também à universidade na qual lecionava, aos seus alunos e familiares. O que estava em curso era um processo ostensivo de silenciamento e de interrupção da sua atuação como militante política na defesa dos direitos humanos, mas também no exercício da sua função como professora e pesquisadora, uma vez que existiam ameaças direcionadas às suas atividades acadêmicas e universitárias. “Chegaram ao ponto de cogitar um massacre na universidade caso eu continuasse dando aulas. A estratégia desse terror é a covardia da dúvida”. (Debora DINIZ apud Breiller PIRES, 2018, s/p). Em função do número crescente de ameaças recebidas, Debora Diniz foi incluída no Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos e teve que deixar o país. A pesquisadora foi submetida pelo discurso, ela precisou deixar o país, ela foi “uma injúria performatizada pelo próprio ato de interpelação” (Judith BUTLER, 2021a, p. 53). As ameaças contra a integridade de Debora Diniz, como da continuidade do seu trabalho, demonstram a violência dos discursos de ódio e seu poder destrutivo diante dessas mulheres-pesquisadoras. Diante das ameaças, ela foi sujeitada pelo discurso, a possibilidade de um “massacre na universidade”, conduz as ofensas e discursos ao lugar

da prática, criando uma encenação de algo que necessita ser evitado, da vida a ser protegida, da universidade e estudantes a serem resguardados. Este projeto de ódio condicionou Debora Diniz a viver no exílio. Em um passado não tão distante, inúmeros intelectuais, professores universitários, pesquisadores, artistas se exilaram devido à intolerância, perseguição e ameaça de morte advindas do regime instaurado com o golpe civil-militar de 1964. Em outras palavras, em nome da família e da vida, produzem-se justificativas para a violência, a injúria, a difamação e até para ameaças de morte.

Essa experiência transformou essa mulher-pesquisadora numa refugiada em um exílio forçado que emerge devido a ataques sistemáticos e ameaças contra sua integridade. Atravessada pelos discursos de ódio e por ameaças, ela tem sua experiência marcada por essa nova condição, tornando seus movimentos de subjetivação transformados pela violência, sendo seus relatos de si “implicado[s] numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração” (Judith BUTLER, 2015, p. 18). A experiência do exílio surge como uma consequência da escalada do ódio e da violência a essas mulheres que escapam do enquadramento. “Mas se o enquadramento é entendido como um certo ‘escapar’ ou um ‘se afastar’, então parece análogo a uma fuga da prisão” (Judith BUTLER, 2018, p. 27). Essas mulheres fogem da prisão do gênero, daquilo que se espera das mulheres. A possibilidade de se constituir de maneira outra, demonstrando o afrouxamento de controle em torno dos gêneros, invoca certa libertação, mas também invoca reação de violências, como maneira de manter o enquadramento.

Esse processo de violação via discursos de ódio ocorreu também com a filósofa e pesquisadora estadunidense Judith Butler, em sua visita ao Brasil, em 2017. A pesquisadora sofreu ataques mobilizados por grupos conservadores sob a acusação de representar e ser uma pensadora responsável por teorias que iriam levar à destruição dos valores da família tradicional e da identidade humana. Mais uma vez, encontramos a associação de pânico morais como justificativa para os ataques, sob esta mulher o ódio é acrescido, pois o seu lugar de suposta fundadora da aniquilação da família, sobre isso

a própria nos ensina: “quem enuncia o discurso é o responsável pela maneira como ele é repetido, por reforçar este tipo de discurso, por reestabelecer contextos de ódio e injúria” (Judith BUTLER, 2021a, p. 54). Ao afirmarem que a pesquisadora era a responsável pelas teorias e pela destruição da família, esses grupos já anunciavam que sua vinda não passaria despercebida e que ela seria desde o princípio marcada pela incitação do ódio. Não apenas, esses discursos seriam repetidos e seriam utilizados como instrumentos de ataques no âmbito da desqualificação pessoal, como em tentativa de silenciamento. A primeira forma foi a criação de uma petição contra a vinda de Judith Butler ao Brasil (Nina FINCO, 2017, s/p), ou seja, o temor diante do encontro da pesquisadora com outros pesquisadores brasileiros e as potencialidades de ampliação de redes de trocas e diálogos geraram a necessidade de combater a sua vinda.

Esse fato, por si, atesta o quanto esses processos se desenvolvem por meio de mecanismos de silenciamentos e invisibilização. Ao tentar impedir a vinda de uma pesquisadora ao país, o que está em pauta não é uma mera interdição, mas uma interpelação da ideia e do discurso social e acadêmico que ela representa. A noção de normalidade e de naturalização dos gêneros, construída pelos agentes desses discursos de ódio, atua cumprindo um papel e a função de estabelecer princípios coercitivos (Michel FOUCAULT, 2014), pela reafirmação da norma através da negação do debate acadêmico. Logo, o que está na pauta dos agentes dos discursos de ódio é a construção dos limites e de novos mecanismos de regulação dos sujeitos considerados desviantes. “Butler era concebida como a encarnação do mal: cartazes a associavam ao demônio e uma boneca de bruxa com a foto de seu rosto foi queimada em público, retomando a simbologia inquisitorial de tempos que pareciam muito ultrapassados” (Fernando BALIEIRO, 2018, s/p). A imagem de bruxa resgata o imaginário das mulheres do passado histórico que ousaram se contrapor às normas sociais. Enquanto as bruxas medievais terminavam queimadas nas fogueiras, as bruxas da atualidade são perseguidas, difamadas e caluniadas pelos tribunais contemporâneos marcados pela velocidade das redes e plataformas digitais. A reconstrução da imagem de Judith Butler

como uma bruxa, como as mulheres perseguidas na Idade Média, pretende recriar um “modo de endereçamento, pois o nome surge como um neologismo que é endereçado ao outro, e, por meio de tal endereçamento, esse neologismo se torna próprio” (Judith BUTLER, 2021a, p. 56). Tendo sua imagem transformada em bruxa, ela pode ser linchada, agredida, atacada, trata-se de um esforço que visa retirar desta mulher-pesquisadora os elementos performativos que resguardem e a protegem. Enquanto ela for uma bruxa, ela representa um perigo, e ao mesmo tempo, ela deixa de ser uma acadêmica respeitável, detentora de um saber capaz de produzir desestabilizar as naturalizações e hierarquias de gênero e as sexualidades presentes na sociedade. A ação inquisitorial do nosso tempo é organizada e medida pelas dificuldades de reconstrução dos danos deixados pelos discursos injuriosos. Ou seja, trata-se de tentar produzir fissuras na imagem dessa mulher-pesquisadora que sejam capazes de criar dúvidas e talvez silenciamentos.

Retomando, o processo de criação da petição, naquele momento, já anunciava essa construção de ataques direcionados à pesquisa acadêmica, mas, principalmente, ao campo de Estudos de Gênero e Sexualidades. Essa petição não tinha como objetivo apenas impedir a sua vinda, interferindo em sua individualidade, ela era contrária ao que Judith Butler representa enquanto uma mulher-pesquisadora, contra sua produção de conhecimentos. As tentativas de impedir a sua vinda ao Brasil não deram certo, Judith Butler veio e foi hostilizada com manifestações contra sua presença. Os argumentos que fundamentam os ataques proferidos contra a pesquisadora eram

aqueles que se opõem a estes conceitos, como os criadores da campanha contra a filósofa, afirmam se tratar não de uma teoria, mas de uma ideologia de gênero que, mascarada como uma luta contra o preconceito, buscaria subverter as noções tradicionais de sexualidade e, assim, corromper institutos sociais, como a família. (Rafael BARIFOUSE, 2017, s/p)

Sendo assim, o que estava em pauta nos ataques proferidos contra a filósofa estadunidense eram agressões muito similares às mulheres-pesquisadoras brasileiras. São agressões que mesclam o fomento do pânico moral e a disseminação de discursos

de ódio nas redes sociais, mobilizadas, no caso de Judith Butler, para reunir adeptos e movimentar as manifestações. Ao deixar o país, a filósofa ainda foi agredida no aeroporto de Congonhas na cidade de São Paulo: “Aos gritos de ‘you are not welcome!’ e ‘get out!’, seus detratores pareciam querer expelir algo indesejado, representado por ela” (Raphael NEVES, 2018, s/p).

Após sair do Brasil, Judith Butler escreve uma análise sobre os ataques sofridos em que critica a deturpação dos motivos que originaram sua visita, uma vez que ela não teria vindo para falar de suas pesquisas sobre gênero, mas, sim, para participar de um seminário com foco no debate político em torno do conceito de democracia no contexto global. “Ou seja, havia desde o início uma palestra imaginada ao invés de um seminário real” (Judith BUTLER, 2017, p. 2). Tratava-se da incitação de um pânico moral cujo objetivo é disseminar o ódio e a deslegitimação das ideias e do saber representado por esta mulher-pesquisadora. Desse modo, o temor que rondava a presença da pesquisadora no Brasil era com base em um pânico moral, sob a narrativa de que suas pesquisas e sua interlocução com outras pesquisadoras brasileiras pudessem colocar em risco a segurança dos valores familiares tradicionais.

### **Considerações finais**

Os casos de T. Lionço, Debora Diniz e Judith Butler contribuem para a ampliação das nossas reflexões acerca dos discursos de ódio e da escalada dos ataques cometidos por seus agentes. Em todas essas situações, encontramos mulheres-pesquisadoras vivenciando agressões violentas que afrontam contra sua agência, contra seus saberes. Elas são atacadas por suas defesas enquanto pesquisadoras, sendo convocadas a falar publicamente e por se posicionarem diante de temas considerados por grupos conservadores como uma “ameaça”. Elas mulheres e suas pesquisas se tornam alvos de uma cruzada antigênero combatido pelos grupos políticos de extrema-direita e grupos religiosos conservadores, produzindo “ataques à liberdade

de cátedra de professores e professoras, denúncias extrajudiciais contra escolas, proibição de materiais didáticos nas escolas. (Marco Aurélio PRADO; Sonia Correa, 2018, p. 445).

Assim, o que está em curso, nesses processos de discursos de ódio forjados na difamação e produção de inverdades sobre essas mulheres-pesquisadoras, é a produção de um novo “indivíduo perigoso” (Michel FOUCAULT, 2006). Elas se tornam sujeitos sobre os quais os agentes de “proteção da sociedade”, automeados representantes desses grupos conservadores, devem agir, sendo essa ação de proteção estruturada através da criação de uma máquina de ódio, de controle e vigilância social.

Diante desse cenário de proliferação dos discursos de ódio e da mobilização dos pânticos morais, num esforço ritualístico - contínuo, reiterado e performativo - que intenta subordinar o outro pelo discurso injurioso (Judith BUTLER, 2021a) para atacar e insuflar ataques à pesquisa acadêmica, resta-nos assumir nosso lugar de reflexão acerca desses discursos. É fundamental que não esqueçamos que não é por acaso que esses ataques são direcionados a mulheres-pesquisadoras. Eles são um sintoma problemático da forma como as mulheres são tratadas em uma sociedade patriarcal e misógina, são as marcas e as inscrições da violência de gênero registrada e praticada na contemporaneidade, o que leva à necessidade de assumir e reafirmar a urgência de agirmos no combate à disseminação dos discursos de ódio na internet.

### Referências

AGUIAR, Bruna S. de; PEREIRA, Matheus R. O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro. *Revista Agenda Política*, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 8–35, 2019. DOI: 10.31990/agenda.2019.3.1. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/271>. Acesso em: 3 fev. 2024.

ANDRADE, Marcelo; PISCHETOLA, Magda. O discurso de ódio nas mídias sociais: a diferença como letramento midiático e informacional na aprendizagem. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, vol. 14, nº 4, out./dez. 2016.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicol. Am. Lat.**, México, nº 14, out. 2008.

BALIEIRO, Fernando. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. Campinas: **Cadernos Pagu**, nº 53, s./p., 2018.

BARIFOUSE, Rafael. Filósofa americana diz que protestos contra ela no Brasil são 'equivocado' e que falar de gênero 'causa muito medo'. **BBC NEWS Brasil**, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41820744>. Acesso em: 28 jul. 2023.

BELELI, Iara. Antifeminismos: os efeitos dos discursos de ódio. **Sexualidad, Salud y Sociedad REVISTA LATINOAMERICANA**, n. 38, p. 1-23, 2023.

BIANCONI, Giulliana. Com o avanço do debate sobre o aborto, ataques visam silenciar Debora Diniz. **Revista Gênero e Número**, 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/com-avanco-do-debate-sobre-aborto-ataques-buscam-silenciar-pesquisadora-debora-diniz/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

BIROLI, Flávia. O debate sobre o aborto. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, 2021a.

BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. São Paulo: Boitempo, 2021b.

BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. In: **Folha de São Paulo**, 2017. Tradução: Clara Allain. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml> Acesso em: 28 jul. 2023.

COSTA, Rogério. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Interface**: Comunicação, Saúde, Educ, vol. 9, nº 17, p. 235-248, mar./ago. 2005.

FELIPE, Jane. Representações de gênero, sexualidade e corpo nas mídias. **Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, vol. 2, nº 3, p. 251-263, jul./dez. 2006.

FERRARI, Anderson. O conceito de experiência e sua potencialidade para a Educação. In: FERRARI, Anderson (org.). **A potencialidade do conceito de experiência para a educação**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013.

FINCO, Nina. Filósofa Judith Butler é agredida em Congonhas antes de deixar São Paulo. **Revista Época**, 2017. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/cultura/noticia/2017/11/filosofa-judith-butler-e-agredida-em-congonhas-antes-de-deixar-sao-paulo.html>. Acesso em: 27 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Polêmica, Política e Problematização. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. A Evolução da Noção de “Indivíduo Perigoso” na Psiquiatria Legal. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014, 24 ed.

FURLANI, Jimena. "Ideologia de Gênero"? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jimena.furlani>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

GALLEGO, Esther S.; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. “Guerras culturais” e “populismo anti-petista” nas ruas de 2017. In: **Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil**, NOTAS, n.10, 2017.

HINE, Christine. **Etnografia Virtual**. Primera edición: 2000, por la editorial Sage Publictionx. Inc. Thousand Oaks. (Cal.r USA), Traducción de Crtsuen P. Hormazabal.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD TIC. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acesivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-em-2021> Acesso em: 31 jul. 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, vol.18, nº 43, p. 449-502, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Uma virada conservadora: pânico moral, mídias digitais, (des)ilusões e (des)afetos no Brasil dos anos 2010. **Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS**, vol. 5, nº 1, p. 10-29, 2021.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIONÇO, Tatiana. Perdoai, eles não sabem o que dizem. In: LIONÇO, Tatiana. **Contra a má-fé**: conjurações de uma acadêmica de ação direta. Salvador, Bahia: Editora Diveres, 2018.

MERCADO, Luis Paulo. Pesquisa Qualitativa Online Utilizando a Etnografia Virtual. **Revista Teias**, 13(30), p. 169-183, set/dez, 2012.

NEVES, Raphael. “Joga pedra na Judith”: discursos de ódio e populismo. Campinas: **Cadernos Pagu**, nº 53, s./p., 2018.

PRADO, Marco Aurélio; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Psicologia Política**. vol. 18. nº 43. pp. 444-448. set - dez. 2018

PASINATO, Wânia. “Feminicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº 37, jul./dez. 2011.

PINHO, Raquel; PULCINO, Rachel. Desfazendo os nós heteronormativo da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTT. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, jan. 2016.

PIRES, Breiller. Antropóloga convive com a “covardia da dúvida” de quem a ameaça de morte. **EL PAÍS Brasil**, São Paulo, 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/15/politica/1544829470\\_991854.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/15/politica/1544829470_991854.html). Acesso em: 28 jul. 2023.

QUADRADO, Jaqueline C.; FERREIRA, Ewerton da S. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 419-428, set./dez. 2020.

QUEIROZ, Mônica; ALMEIDA, Mônica. Cenas do preconceito racial: aproximações do cotidiano com a educação. 37ª Reunião da ANPED, **Anais...** Florianópolis, 2015.

REDAÇÃO, Jornal GGN. Pesquisadora sofre campanha difamatória de extremistas religiosos. **Jornal GGN: O Jornal de Todos os Brasis**. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/cidadania/pesquisadora-sofre-campanha-difamatoria-de-extremistas-religiosos/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

TRINDADE, Luiz Valério. Mídias Sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. In: SILVA, Tarcízio (Org). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos**. Consultoria Editorial: LiteraRUA – São Paulo, 2020.

VALENTE, Mariana G. A liberdade de expressão na internet: da utopia à era das plataformas. In: FARIA, José Eduardo. **A liberdade de expressão e as novas mídias**. São Paulo: Perspectivas, 2020.

When do women-researchers become targets of hate speech on social networks?

Abstract: Our problematization interest is the hate speeches that are directed, in social networks, to women researchers.. This is a current, recent and burning phenomenon that requires us not only to combat them, but, above all, to produce knowledge about their conditions of emergence and their effects on subjects, in order to bring into question the

processes of subjectivation in their historicities. For this, we will start from reports constructed in newspapers that gave news of attacks on three women researchers, to think about the knowledge and power relations that are organizing the violence crossed by genders. Our problematizations are inspired by Michel Foucault and Judith Butler, two authors who influenced the post-structuralist perspective, insofar as they will take the modes of subjectivation as the guiding thread of their research, arguing that we are subjects of experience, results of discourses crossed by Power relations.

Keywords: Women-researchers; hate speech; social media; gender.

**Recebido: 18/08/2023**

**Aceito: 06/02/2024**